

CONCEITO DE INFORMALIDADE/FORMALIDADE E UMA PROPOSTA DE TIPOLOGIA

Guilherme Issamu Hirata

Ana Flávia Machado

1 INTRODUÇÃO

Estudos a respeito da economia informal no Brasil surgem com mais visibilidade a partir da década de 1970 (CACCIAMALI, 1983). Apesar do esforço acadêmico em chamar a atenção para a informalidade, apenas em 1997 institui-se a primeira pesquisa voltada especificamente para avaliar os aspectos da informalidade com mais rigor, a pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A preocupação recente com a informalidade, no entanto, parece estar mais associada a questões de ordem tributária e equilíbrio fiscal do que, propriamente, com a economia informal *per se* e com os trabalhadores nela inseridos.

O debate em torno da definição e compreensão do setor informal no Brasil está associado não propriamente à sua origem, mas à sua expansão. Basicamente, existem duas correntes teóricas que analisam essa mudança estrutural com enfoque no setor informal (MACHADO, 1993). A primeira argumenta que, devido à regulamentação do mercado de trabalho e aos movimentos em prol dos trabalhadores, houve uma distorção dos custos relativos do trabalho frente aos do capital, levando as firmas a optarem por este último como fator principal de produção à época da industrialização. Essa corrente deu origem às teorias de mercado de trabalho segmentado ou dual (dicotomia moderno-tradicional), que implicitamente assumem homogeneidade dos trabalhadores em cada segmento (LEWIS, 1963;¹ TOLOSA, 1975).

A segunda corrente que analisa a transformação do mercado brasileiro, na segunda metade do século XX, consiste na idéia de que as firmas não se guiaram pelas condições de equilíbrio do mercado interno para definir suas estruturas produtivas. Dada a necessidade de produção em escala para concorrer no mercado externo, as firmas brasileiras tornaram-se intensivas em capital durante a industrialização. Aqui, há um foco na unidade produtiva na tentativa de delimitação do setor informal. A idéia era especificar um objeto de análise por meio da organização da produção. A primeira conceituação advém da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1972.

Nos anos seguintes, há um esforço para desvincular a informalidade da pobreza, dado o entendimento de que a primeira não necessariamente implica a segunda.² Em meio a essa discussão, surge a abordagem da subordinação. Tal abordagem consiste em analisar a esfera produtiva em geral, tendo em vista que a atividade capitalista não preenche todo o espaço econômico existente, deixando portas abertas para a inserção intersticial do setor informal de forma subordinada (CACCIAMALI, 1983, 2000).

1. *Apud* Machado (1993). O modelo de Lewis (1963) supõe oferta de trabalho ilimitada no meio rural, enquanto o de Tolosa (1975) assume excesso de oferta no meio urbano.

2. A evolução das discussões é tratada com detalhes em Hussmanns (2004).

A despeito da discussão apontada, como falar em informalidade sem mencionar a questão da legalidade? Por outro lado, pode-se classificar como informal apenas o ilegal? O critério de posse ou não de carteira de trabalho, por exemplo, excluiria os trabalhadores autônomos da informalidade, uma vez que esses não possuem vínculos empregatícios. A contribuição para o sistema de previdência social como critério, por sua vez, incluiria diversos trabalhadores sem carteira e por conta própria no contingente de trabalhadores formais, dado que a contribuição é voluntária para trabalhadores não registrados.

Tais critérios para definir o que vem a ser informal ou não se colocam no âmbito mais agregado do conceito de setor; porém há na literatura também uma preocupação com a escolha do indivíduo. Em outras palavras, até que ponto trata-se de uma estratégia ocupacional, na medida em que há uma decisão racional por trás da escolha de se inserir no mercado de trabalho como um informal?

O trabalhador que se insere em uma posição precária no mercado de trabalho (seja no sentido de rendimento, seja no sentido de condições de trabalho), como forma de se manter ocupado e garantir um nível mínimo de renda, o faz por meio de uma estratégia de sobrevivência. Tal estratégia está ligada à pobreza, pois é justamente para evitar essa situação ou aliviá-la que os indivíduos ingressam no mercado de trabalho. A inserção, de modo geral, ocorre almejando apenas uma forma de remuneração, e desconsideram-se as características não pecuniárias da posição.

Se os trabalhadores do setor informal estivessem todos atuando por meio de uma estratégia de sobrevivência, não haveria tanta controvérsia acerca da definição de informalidade, com uma análise sob o ponto de vista da posição. Isso porque seria um setor caracterizado por indivíduos que apresentariam variáveis indicativas de capital humano que apontariam uma situação de desvantagem ou exclusão do mercado, tal como baixa escolaridade. No entanto, é sabido que os trabalhadores informais no Brasil são muito heterogêneos. O histórico familiar e a preocupação com a qualidade de vida podem levar o trabalhador a procurar essa forma de inserção em busca de jornada de trabalho flexível e controle de seu próprio negócio, entre outros fatores (MACHADO; PENIDO; OLIVEIRA, 2005).

A idéia de introduzir a discussão em torno de estratégias ocupacionais em meio à tipologia apresenta caráter apenas de associação, e não de determinação, isto é, as estratégias não definem as categorias, mas as categorias podem estar associadas às estratégias, esperando-se que tal associação auxilie no entendimento de certas características do mercado de trabalho brasileiro.

2 TIPOLOGIA

A construção da tipologia para a análise empírica tem por objetivo tanto embasar teoricamente as categorias ocupacionais comumente avaliadas, como também diminuir a heterogeneidade presente dentro de grupos de trabalhadores. Isso porque, como já discutido, parecem insatisfatórias as classificações moderno/tradicional, contribuinte/não-contribuinte e capitalista/subordinado como critérios separados de delimitação. A tipologia a seguir guarda semelhanças, em termos do método de definição, com a de Hussmanns (2004), que mescla tipo de unidade produtiva com tipo de ocupação (*job*) para definir categorias de análise.

Uma primeira categoria compreende os indivíduos relacionados às unidades produtivas tipicamente capitalistas, inseridos nas grandes e médias empresas. Os empregadores, evidentemente, pertencem a esse grupo. Entre os assalariados, aqueles que apresentam carteira de

trabalho assinada constam nessa categoria. Isso conformaria o chamado “setor formal típico”. No entanto, inclui-se nesse grupo o trabalhador por conta própria “especificamente qualificado” (o profissional liberal), em função do critério de produtividade (potencial) aliado à regulamentação do exercício do trabalho.

A baixa produtividade, em conformidade com a atividade subordinada, relaciona o serviço doméstico, independentemente da regularização do trabalho. Assim, nesse sentido, não se trata necessariamente de indivíduos desprotegidos. No entanto, sabe-se que o serviço doméstico, apesar de ainda ser o destino de grande parte da força de trabalho feminina brasileira, está relacionado a condições precárias de trabalho, ainda que uma parcela tenha algum tipo de seguro. A associação com a estratégia de sobrevivência é imediata.

As unidades produtivas subordinadas às empresas capitalistas – tenham ou não atingido um nível de produtividade capaz de concorrer com essas últimas, isto é, que atuam ou não no mesmo ramo de atividade que as empresas capitalistas, configurando ou não uma forma de concorrência – constituem uma terceira categoria. O nível de produtividade é, portanto, variado. Trata-se dos trabalhadores por conta própria sem qualificação específica e os pequenos empregadores.

A quarta categoria é delimitada por meio da aplicação da legislação. São todos os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, empregados em qualquer tipo de firma, capitalista ou subordinada. Tanto nessa categoria quanto na anterior, não há clareza quanto às estratégias seguidas pelos indivíduos, o que contribui para a heterogeneidade de ambas.

Os funcionários públicos estatutários e os militares, que não possuem carteira de trabalho assinada e não pertencem a uma firma capitalista, são considerados em uma categoria à parte.

Por conta da ausência de um critério fundamental de definição, emergem, a partir da classificação acima, um “setor formal” e três “setores informais”. Tal fato constitui mais um argumento a favor da idéia de utilizar as expressões “economia informal” e “economia formal” quando se deseja fazer referência aos dois “setores”.³ Dada a presença de mais de uma categoria relacionada a características informais, seria mais adequado, aparentemente, referir-se a essas categorias como formadoras da economia informal.

3 APLICANDO A TIPOLOGIA À PNAD

Buscando testar a tipologia, construíram-se as categorias com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) em 1996, 2001 e 2005. Essas informações são descritas conforme as variáveis (sexo, cor autodeclarada, idade, níveis de escolaridade,⁴ rendimento no mês, rendimento-hora).

Observa-se que homens predominam nas categorias formal, informal e empregados sem carteira. Nas duas outras, trabalhador doméstico e setor público, prevalecem as mulheres, em especial na primeira. Entretanto, nas que predominam trabalhadores masculinos, a tendência é de crescimento da participação feminina nos últimos dez anos.

Prevalecem trabalhadores que declaram cor branca no setor formal e no setor público, mais de 60%. As categorias com maior participação de declarantes não-brancos são de trabalhador doméstico e empregado sem carteira. Mas, assim como identificado para o caso

3. Daza (2005) apresenta uma discussão sobre essa questão.

4. Analfabeto, alfabetizado, primário incompleto, primário completo, secundário incompleto, secundário completo, superior incompleto, superior completo.

das mulheres, a participação de trabalhadores que se declaram brancos vem diminuindo. Em média, a redução, entre 1996 e 2005, é de 4 pontos percentuais (p.p.), com exceção do setor informal, onde alcança 9 p.p.

Os trabalhadores mais jovens tendem a se concentrar na categoria empregado sem carteira (29 anos em 1996 e 31 em 2005), no setor formal (idade média de 34 anos) e como trabalhador doméstico (32 anos em 1996 e 36 anos em 2005). No setor informal, a idade média é de 41 anos e, no setor público, aumentou de 38 para 41 anos. Esses achados já identificados na literatura, conforme citado na terceira seção, corroboram as estratégias de inserção sugeridas.

Os mais escolarizados são os trabalhadores do setor público com dois níveis modais: secundário completo (30%) e superior completo (29% em 1996 e 36% em 2005). No setor formal, a maior proporção se concentra entre os que têm secundário completo, 20,51% em 1996 e cerca de 34% em 2005. Em seguida, os empregados sem carteira que se distribuem entre primário incompleto, secundário incompleto e completo, com participação crescente desse último nível no período analisado. No setor informal, a proporção de trabalhadores com primário incompleto é superior a 50% em 1996, atingindo, no entanto, o percentual de 47% em 2005. O trabalhador doméstico está concentrado também no primário incompleto (71% em 1996), porém essa parcela é reduzida em favor de um aumento de 10 p.p. na proporção de trabalhadores com secundário completo. Certamente, a ausência de barreiras à entrada no setor informal, assim como na ocupação de doméstica, abre a oportunidade de inserção no mercado de trabalho para aqueles menos escolarizados. A concentração dessas duas categorias em níveis educacionais mais baixos é uma evidência disso.

O rendimento-hora médio cai tanto para o trabalhador formal (R\$ 5,18 em 1996 para R\$ 4,21 em 2005) quanto para o do setor informal (R\$ 3,81 em 1996 para R\$ 2,74 em 2005). Os do trabalhador doméstico, do empregado sem carteira e do servidor público e militar permanecem estáveis no período, em torno de R\$ 1,40, de R\$ 2,30 e de R\$ 6,30, respectivamente.

De acordo com essa análise, percebe-se que os perfis das categorias ocupacionais segundo atributos pessoais e rendimento são distintos. Em alguns casos, há similaridade entre sexo, cor ou alguma outra característica analisada, mas não existem duas categorias que, no conjunto das variáveis, apresentem perfis bastante semelhantes. Desse modo, essa tipologia, fundamentada teoricamente em aspectos interligados de produtividade, legalidade e subordinação, consegue distinguir razoavelmente grupos de trabalhadores, embora a heterogeneidade intragrupos não permita argumentar em favor da existência de trabalhadores homogêneos.

TABELA 1

Brasil: categorias ocupacionais segundo atributos pessoais e renda

Anos	1996		2001		2005	
	Média/proporção	Erro-padrão	Média/proporção	Erro-padrão	Média/proporção	Erro-padrão
Trabalhadores domésticos						
Sexo (1 = homem)	0,0616	0,0026	0,0546	0,0022	0,0543	0,0020
Cor (1 = branco)	0,4573	0,0054	0,4483	0,0047	0,4075	0,0044
Idade	32,99	0,15	34,99	0,12	36,53	0,11
Analfabeto	0,1365	0,0038	0,1146	0,0030	0,0864	0,0025
Alfabetizado	0,0062	0,0009	0,0074	0,0008	0,0110	0,0009
Primário incompleto	0,7146	0,0049	0,6450	0,0046	0,5812	0,0044
Primário completo	0,0685	0,0028	0,0854	0,0027	0,0965	0,0027
Secundário incompleto	0,0470	0,0023	0,0773	0,0025	0,0986	0,0027
Secundário completo	0,0259	0,0017	0,0658	0,0024	0,1205	0,0029
Superior incompleto	0,0008	0,0003	0,0021	0,0004	0,0037	0,0005
Superior completo	0,0006	0,0003	0,0023	0,0005	0,0021	0,0004
Rendimento	208,07	1,73	196,58	1,28	195,35	1,11
Rendimento-hora	1,46	0,02	1,39	0,01	1,43	0,01
Observações		8.379		11.049		12.297
Setor informal						
Sexo (1 = homem)	0,6842	0,0031	0,6722	0,0028	0,6542	0,0028
Cor (1 = branco)	0,5858	0,0033	0,5460	0,0030	0,5003	0,0029
Idade	40,24	0,09	41,04	0,08	41,75	0,08
Analfabeto	0,1115	0,0021	0,1111	0,0019	0,1017	0,0018
Alfabetizado	0,0060	0,0005	0,0059	0,0005	0,0078	0,0005
Primário incompleto	0,5567	0,0033	0,5152	0,0030	0,4736	0,0029
Primário completo	0,1000	0,0020	0,0989	0,0018	0,0987	0,0017
Secundário incompleto	0,0543	0,0015	0,0648	0,0015	0,0730	0,0015
Secundário completo	0,1247	0,0022	0,1487	0,0021	0,1903	0,0023
Superior incompleto	0,0190	0,0009	0,0230	0,0009	0,0246	0,0009
Superior completo	0,0278	0,0011	0,0324	0,0011	0,0302	0,0010
Rendimento	647,57	5,95	489,58	4,44	419,18	3,43
Rendimento-hora	3,81	0,05	2,94	0,03	2,74	0,03
Observações		22.797		27.913		29.478
Empregados sem carteira						
Sexo (1 = homem)	0,7086	0,0033	0,6845	0,0029	0,6615	0,0029
Cor (1 = branco)	0,5217	0,0036	0,5048	0,0031	0,4801	0,0030
Idade	29,70	0,09	30,80	0,08	31,33	0,08
Analfabeto	0,1092	0,0022	0,0894	0,0018	0,0713	0,0016
Alfabetizado	0,0029	0,0004	0,0036	0,0004	0,0048	0,0004
Primário incompleto	0,5343	0,0036	0,4411	0,0031	0,3601	0,0029
Primário completo	0,0699	0,0018	0,0691	0,0016	0,0752	0,0016
Secundário incompleto	0,1004	0,0022	0,1240	0,0021	0,1351	0,0021
Secundário completo	0,1113	0,0023	0,1583	0,0023	0,2050	0,0025
Superior incompleto	0,0356	0,0013	0,0590	0,0015	0,0784	0,0016
Superior completo	0,0364	0,0013	0,0554	0,0014	0,0700	0,0015
Rendimento	383,04	4,09	378,69	4,07	362,77	3,30
Rendimento-hora	2,35	0,03	2,44	0,05	2,36	0,03
Observações		19.383		25.472		27.140

(continua)

(continuação)

Anos	1996		2001		2005	
	Média/proporção	Erro-padrão	Média/proporção	Erro-padrão	Média/proporção	Erro-padrão
Setor público						
Sexo (1 = homem)	0,4640	0,0050	0,4598	0,0048	0,4374	0,0045
Cor (1 = branco)	0,6301	0,0049	0,6300	0,0047	0,5859	0,0045
Idade	38,14	0,10	39,85	0,10	41,15	0,10
Analfabeto	0,0185	0,0014	0,0183	0,0013	0,0175	0,0012
Alfabetizado	0,0012	0,0004	0,0024	0,0005	0,0032	0,0005
Primário incompleto	0,1811	0,0039	0,1435	0,0034	0,1092	0,0029
Primário completo	0,0734	0,0026	0,0578	0,0023	0,0474	0,0019
Secundário incompleto	0,0647	0,0025	0,0593	0,0023	0,0477	0,0020
Secundário completo	0,2948	0,0046	0,3010	0,0044	0,3035	0,0042
Superior incompleto	0,0780	0,0027	0,1066	0,0030	0,1099	0,0029
Superior completo	0,2882	0,0046	0,3112	0,0045	0,3616	0,0044
Rendimento	972,07	11,72	987,83	11,02	959,66	10,50
Rendimento-hora	6,31	0,08	6,40	0,11	6,36	0,11
Observações		9.896		10.760		11.945
Setor formal						
Sexo (1 = homem)	0,6714	0,0023	0,6549	0,0021	0,6414	0,0020
Cor (1 = branco)	0,6631	0,0023	0,6475	0,0021	0,6115	0,0020
Idade	34,02	0,06	34,37	0,05	34,70	0,05
Analfabeto	0,0385	0,0009	0,0280	0,0007	0,0226	0,0006
Alfabetizado	0,0026	0,0002	0,0027	0,0002	0,0035	0,0002
Primário incompleto	0,3991	0,0024	0,3171	0,0021	0,2515	0,0018
Primário completo	0,1143	0,0015	0,1031	0,0014	0,0902	0,0012
Secundário incompleto	0,0922	0,0014	0,0981	0,0013	0,0885	0,0012
Secundário completo	0,2051	0,0020	0,2739	0,0020	0,3384	0,0020
Superior incompleto	0,0501	0,0011	0,0679	0,0011	0,0849	0,0012
Superior completo	0,0980	0,0014	0,1091	0,0014	0,1204	0,0013
Rendimento	911,65	7,43	796,90	5,87	735,68	5,35
Rendimento-hora	5,18	0,07	4,46	0,04	4,21	0,04
Observações		42.188		49.834		58.599

Fonte: Pnads de 1996, 2001 e 2005: microdados.

REFERÊNCIAS

- CACCIAMALI, M. C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983, 172f.
- . Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000.
- DAZA, J. L. *Informal economy, undeclared work and labour administration*. Geneve: ILO, 2005 (Paper, n. 9).
- HUSSMANN, R. *Measuring the informal economy: from employment in the informal sector to informal employment*. Geneve: ILO, 2004 (Working papers, n. 54).
- LEWIS, W. A. El desarrollo económico con oferta ilimitada de trabajo. In: AGAWALA, A. N.; SINGH, S. P. *La economía del subdesarrollo*. Madri: Tecnos, 1963 *apud* MACHADO, A.

F. *Trabalhador por conta própria*: heterogeneidade e desigualdade de renda em regiões metropolitanas. Belo Horizonte: UFMG, 1993. 178f. Dissertação (Mestrado em Economia).

MACHADO, A. F.; PENIDO, M.; OLIVEIRA, J. M. de. *Análise de sobrevivência na posição de trabalhador por contapropriá no Brasil metropolitano (1997 a 2001)*. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9, 2005, Recife. *Anais*. São Paulo: Abet, 2005.

TOLOSA, H. Dualismo no mercado de trabalho urbano. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-36, 1975.

